COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRODEMGE

CNPJ/MF nº 16.636.540/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2013

A Administração da Prodemge, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração sobre os negócios da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, juntamente com as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Perfil Corporativo

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge foi criada pela Lei Estadual nº 6.003/72, de 12 de outubro de 1972, sob a regência da Lei das Sociedades por Ações, e tem como principal acionista o Governo do Estado de Minas Gerais.

Sua missão é propiciar por meio de Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação o desenvolvimento contínuo da Administração Pública e seus agentes.

A Prodemge coloca a tecnologia da informação e comunicação a serviço da administração pública em Minas Gerais, com uma atuação focada no desenvolvimento de soluções tecnológicas essenciais à gestão do Estado e à prestação de serviços à sociedade. Elas estão presentes no dia a dia das pessoas, fazendo a diferença em segmentos fundamentais, como planejamento e gestão, finanças, segurança, trânsito, justiça, saúde, educação, cultura, turismo, meio ambiente, agricultura, ação social e desenvolvimento econômico.

Resultado Operacional

A Prodemge registrou, a partir do exercício de 2006, uma sucessão de resultados expressivos, associados ao aprimoramento dos mecanismos de faturamento e cobrança, racionalização de gastos, melhoria do processo de negócios e exercício permanente de uma engenharia financeira que tem lhe assegurado a realização dos investimentos e dos gastos de funcionamento.

Um fato relevante provocou uma interrupção nessa série de resultados positivos, influenciando fortemente o resultado apresentado no exercício de 2013.

Desde 1º de outubro de 1994, a Prodemge é uma das patrocinadoras do Plano de Benefícios Previdenciários administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social e, em decorrência desse patrocínio, a Companhia assumiu, em 27 de março de 1998, um débito de R$13.217.852, a título de financiamento do passivo atuarial existente na data de criação do Plano, para pagamento no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1998.

Em 22 de Janeiro de 2013, em atendimento a apontamentos da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Companhia assinou um termo de renegociação, confissão e parcelamento de dívida, alterando o índice de reajuste das parcelas devidas, de Taxa Referencial (TR), para Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), promovendo a consequente recomposição das diferenças levantadas, considerando-se como data base o mês de Maio/2002. Esse recálculo resultou em um acréscimo de R$12.456.994 no valor da dívida, reconhecida integralmente como despesa de correção monetária e juros, no exercício de 2013.

Em que pese a apresentação de resultado negativo de R$8.665.554 em 2013, a Companhia honrou com todos os seus compromissos com o fisco, fornecedores e, principalmente, seu corpo funcional.

Gestão Empresarial

O mapa estratégico da Prodemge é elaborado a partir de sua visão, tomando por base cinco temas de valor (equilíbrio financeiro, eficiência operacional, inovação, infraestrutura e conhecimento) que, por sua vez, se desdobram em ações, planos e atividades estratégicas que direcionam os esforços da Companhia. Com esse mapa e as iniciativas estratégicas, é elaborado o conjunto de medidas ou indicadores de execução para monitoramento do desempenho da organização no alcance de seus objetivos e de sua visão.

A definição de indicadores de execução é seguida do estabelecimento de metas, geralmente anuais, que permitem avaliar ao longo do tempo a evolução da empresa em direção aos objetivos estratégicos definidos para os cinco temas de valor.

Principais ações estratégicas em 2013:

Pessoas

Em 2013, a Companhia deu continuidade às ações de capacitação de seus empregados, ofertando mais de 7.800 vagas, distribuídas em cerca de 730 capacitações, na modalidade Presencial e Ensino a Distância –EaD.

Nas capacitações presenciais, foram feitos investimentos em tecnologias de alta plataforma, vinculadas ao ambiente mainframe, que suportam importantes sistemas do Estado, com o objetivo de prover seu quadro funcional de pessoas com o conhecimento adequado e necessário para atender às diferentes demandas do Estado, tanto no que tange à evolução de sistemas já existentes, quanto ao desenvolvimento de soluções alinhadas com o que existe de mais atual no mercado.

As capacitações na modalidade EaD correspondem a cerca de 13% do total realizado pela Companhia, que está investindo fortemente na ampliação dessa modalidade, com a criação da Escola Virtual Prodemge, uma plataforma baseada no software livre, atualmente com 24 cursos, além de outros produtos, como, por exemplo, tutoriais eletrônicos e fóruns de discussão internos.

Por meio de um convênio de cooperação técnica com instituições pública e privada, no âmbito do Programa TIC Minas, foi dado mais um passo para a capacitação de pessoas, com foco na Gestão de Processos de Negócio aplicado na ferramenta Business Process Manager Suite – BPMS, abrangendo 20 profissionais que serão multiplicadores do conhecimento.

Benefícios Previdenciários

Para solucionar o crescente déficit atuarial do Plano Previdencial na modalidade BD (Benefício Definido), a Prodemge, em conjunto com a Fundação Libertas de Seguridade Social, recebeu aprovação do Governo do Estado para implantar uma solução, viabilizada pelas seguintes medidas: criação de um novo plano previdencial, na modalidade CD (Contribuição Definida), e de um plano saldado, oriundo da cisão do atual Plano BD, e migração de participantes ativos e assistidos para os novos planos, com posterior retirada de Patrocínio do Plano BD.

O Plano CD, denominado ProdemgePrev, foi criado em dezembro de 2012 e já conta com aproximadamente 370 participantes. As demais medidas estão em curso, em esforço conjunto da Prodemge, Fundação Libertas de Seguridade Social e Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Ambiente Tecnológico

A Prodemge deu continuidade aos investimentos para ampliação e modernização do ambiente físico de hospedagem de sistemas e das plataformas tecnológicas instaladas em seu Datacenter. Para melhoria desse ambiente, foram investidos aproximadamente R$6,9 milhões em infraestrutura elétrica e lógica, resultando em maior confiabilidade dos serviços prestados e crescimento significativo na capacidade de armazenamento de dados e aplicações, dispondo, no fim de 2013, de 379 terabytes líquidos e várias novas funcionalidades.

A configuração de serviços, da infraestrutura e dos sistemas, objeto de monitoramento contínuo, recebeu investimentos em equipamentos, aplicações e capacitações de equipe, o que tem contribuído significativamente para a redução de indisponibilidades e a melhoria da qualidade do atendimento e do tempo de resposta aos clientes.

A Companhia também avançou com seu Programa de ITIL – Information Technology Infraestructure Library, implantando diversas disciplinas conforme as melhores práticas recomendáveis. Como decorrência, foram feitos investimentos em uma solução de gestão de serviços de TIC, objetivando o alinhamento dos processos atuais às necessidades de negócios do Governo do Estado de Minas Gerais, à Rede IP Multisserviços e ao Caderno de Serviços Prodemge. A ferramenta, denominada SDM – *Service Desk Manager*, propiciou diversos benefícios, entre os quais a melhoria da automatização dos processos, com agilidade na sua parametrização e customização; maior visibilidade dos indicadores e consequentemente maior controle dos processos de TIC; redução de custo na gestão dos serviços e aumento da produtividade operacional.

Segurança da Informação

A Prodemge está cada vez mais preocupada com os riscos associados à segurança da informação e busca se especializar em tecnologias que garantam uma resposta eficaz, com baixo índice de incidentes.

Nesse sentido, iniciou a implantação do Centro de Operações e Tratamento de Incidentes de Segurança (CTIS), com o objetivo de monitorar, detectar, analisar e tratar os incidentes de segurança da informação que possam afetar a disponibilidade da infraestrutura de rede e dos serviços.

A Companhia também participou ativamente da Oficina de Segurança Cibernética, instituída no âmbito estadual pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, em congregação com as forças de segurança pública, para identificar as estruturas vulneráveis a ataques cibernéticos durante a realização de grandes eventos.

Gestão por Processos

O início da execução do Projeto de Melhoria dos Processos de Negócio no exercício de 2013 foi um marco nos objetivos da Companhia no sentido de atingir e manter níveis de excelência e eficiência operacional. Os processos de Gestão de Recursos Humanos, de Patrimônio e Tratamento da Demanda foram os primeiros a ser modelados e encontram-se em fase de automatização.

Programa de Compliance

Determinada a materializar sua visão de ser referência nacional em Tecnologia da Informação e Comunicação e alinhada com o mercado na busca da melhoria da qualidade dos serviços, à luz das leis e regulamentos internos e externos, a Prodemge deu sequência ao Programa de Compliance lançado em 2012.

O Programa objetiva estimular a leitura dos instrumentos internos e externos (normas, leis, decretos, resoluções e similares) que regem a atuação da Companhia, visando ao fortalecimento das bases éticas e da consciência do seu corpo funcional quanto à responsabilidade de cada um conhecer, desenvolver e aplicar mecanismos de controle e ações preventivas e corretivas, impedindo a ocorrência de não conformidades.

Os resultados até o fim do exercício de 2013 demonstram que o Programa está conseguindo atingir seus objetivos. Cerca de 80% das unidades administrativas do nível operacional da Companhia participaram do Programa. No total, essas unidades já promoveram, aproximadamente, setecentas leituras de documentos e apresentaram mais de mil contribuições de melhoria dos normativos. Desse universo, em torno de quarenta por cento das sugestões apresentadas foram aceitas e incorporadas aos instrumentos internos.

Soluções do Estado para o Estado e para o Cidadão - Novos Sistemas Desenvolvidos

As ações realizadas pela Prodemge foram pautadas no provimento de soluções tecnológicas compatíveis com a estratégia do programa Estado em Rede, do Governo de Minas, com o fim de viabilizar o provimento de informações que favoreçam a gestão pública. Entre essas ações destacam-se o aplicativo Detran Móvel, que disponibiliza em dispositivos móveis sete serviços de consulta sobre veículo, licenciamento, CNH, pontuação do condutor, processos administrativos trânsito, recursos e defesa de autuação; e o desenvolvimento de nova ferramenta do Sistema de Administração Financeira – SIAFI, visando à integração dos sistemas corporativos do Estado.

Premiações Obtidas em 2013

Em 2013, prêmios nacionais da área de TI na administração pública reconheceram o valor e a importância de quatro sistemas desenvolvidos pela Prodemge para o governo mineiro: Módulo "Procedimento Investigativo de Pessoas Desaparecidas" (prêmios Conipe e e-Gov) do PCnet, um sistema de suporte à gestão e operação da Polícia Civil de Minas Gerais; Módulo "Laudos Periciais Eletrônicos" (prêmio TI & Governo) também do PCnet; Sistema de Informações do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico no Estado de Minas Gerais (prêmio TI & Governo); e Módulo móvel do Sistema Integrado de Gestão da Vigilância Sanitária (prêmio Conip).

Agradecimentos

A Administração da Prodemge considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2013 e agradece aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, à Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, ao acionista majoritário representado pela Advocacia-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais acionistas, a confiança e apoio indispensáveis para o desenvolvimento contínuo alcançado pela Prodemge. Aos clientes e fornecedores, o agradecimento pela confiança e fidelidade, destacando seu propósito de retribuir com serviços e atendimento diferenciados. Ao corpo funcional, a Companhia expressa seu agradecimento e reconhecimento pelo empenho e dedicação.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(VALORES EM REAIS)

ATIVO

	2013	2012
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	15.786.961	530.123
Aplicações financeiras	24.906.387	57.165.646
Clientes - contas a receber	83.700.941	49.570.550
Estoques	167.192	123.569
Serviços realizados a faturar	24.392.160	25.788.744
Impostos a recuperar	1.062.033	277.366
Devedores diversos	1.396.341	774.187
Despesas do exercício seguinte	317.784	514.340
	151.729.799	**134.744.525**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo	127.556	127.556
Investimentos	900	900
Tangível	47.277.026	42.511.772
Intangível	11.967.444	22.068.562
	59.372.926	**64.708.790**
TOTAL DO ATIVO	**211.102.725**	**199.453.315**

PASSIVO

	2013	2012
CIRCULANTE		
Fornecedores	12.464.636	14.001.968
Obrigações sociais e trabalhistas	25.269.013	17.607.803
ISSQN e IRRF a recolher	1.376.025	1.273.754
Provisão para contribuição social	23.563	290.472
Provisão para imposto de renda	-	465.783
Provisão de férias	9.951.320	9.229.364
Provisão para contingências passivas	6.716.376	4.369.873
REFIS	1.771.040	1.742.646
Passivo atuarial Libertas	4.581.997	1.605.291
Demais contas a pagar	472.889	415.633
	62.626.859	**51.002.587**
NÃO CIRCULANTE		
REFIS	28.572.337	30.931.965
Passivo atuarial Libertas	13.230.154	5.841.078
Provisão p/IRPJ e CSLL diferidos	8.293.333	8.768.173
Obrigações sociais e trabalhistas	4.136.083	-
Benefício Pós-Emprego	12.199.171	-
	66.431.078	**45.541.216**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social realizado	77.227.838	77.227.838
Ajuste avaliação atuarial	(12.199.171)	-
Reserva de reavaliação	10.763.374	16.732.386
Reserva Legal	149.014	149.014
Retenção de Lucros	6.103.733	-
Lucro à disposição da assembleia	-	8.800.274
	82.044.788	**102.909.512**
TOTAL DO PASSIVO	**211.102.725**	**199.453.315**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(VALORES EM REAIS)

	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Prestação de serviços	207.299.560	188.676.597
Vendas canceladas	(1.465.856)	(3.412.777)
Impostos incidentes	(22.757.261)	(18.664.646)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**183.076.443**	**166.599.174**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**(133.171.410)**	**(117.783.633)**
LUCRO BRUTO	**49.905.033**	**48.815.541**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas e gerais	(35.714.550)	(29.744.269)
Despesas financeiras	(15.470.098)	(1.629.337)
Receitas financeiras	3.447.120	5.474.840
Reversão da provisão para contingências passivas	-	152.608
Provisão para contingências passivas	(2.479.414)	(4.006.453)
Despesas tributárias	(126.175)	(106.020)
Perdas c/ baixas softwares próprios	(8.589.815)	(8.589.815)
Provisão IRPJ diferido	349.146	(1.933.364)
Provisão CSLL diferida	125.693	(696.011)
Outras receitas/despesas operacionais	63.965	20.148
	(58.394.128)	**(41.057.673)**
(PREJUÍZO)/LUCRO DO EXERCÍCIO	**(8.489.095)**	**7.757.868**
Contribuição Social	(66.881)	(796.704)
Imposto de Renda	(109.578)	(2.086.996)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(8.665.554)**	**4.874.168**
Lucro líquido por ação - R$	**(0,11)**	**0,06**
Valor patrimonial da ação - R$	**1,06**	**1,33**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(VALORES EM REAIS)

DESCRIÇÃO	Capital Social Realizado	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Outros Resultados Abrangentes	Retenção de Lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Lucro à disposição	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	**77.227.838**	**22.701.400**	**-**	**-**	**-**	**(1.893.894)**	**-**	**98.035.344**
Realização da reserva de reavaliação	-	(5.969.013)	-	-	-	5.969.013	-	-
Lucro antes da destinação/distribuição	-	-	-	-	-	4.874.169	-	4.874.169
Constituição da Reserva Legal	-	-	149.014	-	-	(149.014)	-	-
Lucro à disposição da assembleia	-	-	-	-	-	(8.800.274)	8.800.274	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**77.227.838**	**16.732.387**	**149.014**	**-**	**-**	**-**	**8.800.274**	**102.909.513**
Transf. Lucro à disposição para Retenção de Lucros	-	-	-	-	8.800.274	-	(8.800.274)	-
Compensação do Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(2.696.541)	2.696.541	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(5.969.013)	-	-	-	5.969.013	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
· Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(12.199.171)	-	-	-	(12.199.171)
Prejuízo do exercício 2013	-	-	-	-	-	(8.665.554)	-	(8.665.554)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**77.227.838**	**10.763.374**	**149.014**	**(12.199.171)**	**6.103.733**	**-**	**-**	**82.044.788**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(VALORES EM REAIS)

	2013	2012
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Lucro líquido do exercício	(8.665.554)	4.874.168
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	12.513.789	12.681.310
Resultado na venda de ativos permanentes	69.757	5.628
Prejuízo com baixa e doação de imobilizado	8.593.155	8.590.045
Despesas de juros	5.500.537	1.559.132
Realização da reserva de reavaliação	(5.969.013)	(5.969.013)
IRPJ/CSLL diferidos	(474.839)	2.629.375
Provisão para contingências passivas	2.479.414	3.853.845
Variação monetária ativa	9.802.330	(268.096)
Multas	468	38.479
IRPJ/CSLL	176.459	2.883.699
Serviços realizados a faturar	1.182.413	(7.733.455)
RESULTADO AJUSTADO	**25.208.916**	**23.145.117**
Redução (aumento) nas contas de ativos	**(33.136.501)**	**(26.710.100)**
Contas a receber de clientes	(32.733.807)	(28.146.821)
Estoques	(43.623)	22.617
Impostos a recuperar	(784.668)	1.298.054
Demais contas a receber	425.597	116.050
Aumento (Redução) nas contas de passivos	**2.898.304**	**10.734.161**
Fornecedores	(1.537.332)	5.340.275
Imposto de renda e contribuição social	(732.692)	285.455
Impostos a recolher	102.271	26.466
Salários e encargos sociais	2.478.540	2.301.417
Parcelamento de débitos - Libertas (Passivo Atuarial)	2.976.706	6.136
Parcelamento de débitos - Refis	28.394	93.125
IRPJ e CSLL diferidos	(474.839)	2.629.375
Outras contas a pagar	57.256	51.912
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**(5.029.281)**	**7.169.178**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado	(9.520.722)	(13.805.132)
Redução do ativo intangível	4.183.414	3.544.874
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos	**(5.337.308)**	**(10.260.258)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de empréstimos - Principal	(4.944.279)	(2.410.414)
Pagamento de empréstimos - Juros	(1.691.553)	(1.858.099)
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamentos	**(6.635.832)**	**(4.268.513)**
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(17.002.421)**	**(7.359.593)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		
No início do período	**57.695.769**	**65.055.362**
No fim do período	**40.693.348**	**57.695.769**
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(17.002.421)**	**(7.359.593)**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte – MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário, e seu compromisso é a modernização do setor público. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como foco a racionalização da máquina pública, objetivando a prestação de serviços à sociedade sempre de forma ágil e com qualidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 12 de março de 2014.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas, de maneira consistente, a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.

b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 5, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.

c) O intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 5 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.

e) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.

f) A provisão para o Imposto de Renda foi calculada com base no lucro real mensal à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%; a provisão para Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9%.

g) As contingências passivas são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.

h) Os demais ativos e passivos, com vencimentos previstos até o encerramento do exercício social seguinte, encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.

4. CONTAS A RECEBER

R$ 1,00

Cliente	2013	2012
Estado de Minas Gerais:		
Administração Direta	79.075.146	44.565.601
Administração Indireta	2.946.465	3.797.702
Outros	2.259	14.760
Serviços Realizados a Faturar	24.392.160	25.788.744
Total Estado	**106.416.029**	**74.166.807**
Extra Estado		
Prefeituras	1.677.072	1.192.487
Total Extra Estado	**1.677.072**	**1.192.487**
Total	**108.093.101**	**75.359.294**

5. TANGÍVEL

			R$1,00 2013	R$1,00 2012	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.572.219	(7.919.173)	11.653.046	7.844.514	4%
Equipamentos Processamento de Dados	53.365.427	(31.090.328)	22.275.099	21.310.779	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.323.942	(799.863)	524.079	632.535	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	669.338	(669.268)	70	1.592	7%
Veículos	337.390	(187.378)	150.012	16.352	20%
Software	3.127.866	(874.421)	2.253.445	2.284.725	20%
Outros	21.275	-	21.275	21.275	-
Total	**88.817.457**	**(41.540.431)**	**47.277.026**	**42.511.772**	

prodemge

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRODEMGE

CNPJ/MF nº 16.636.540/0001-04

A reserva de reavaliação de Edificações realizada no exercício, decorrente da depreciação e incluída na movimentação anual, perfaz o valor de R$98.547 no fim de 2013 e R$98.547 em 2012. Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R$10.763.374, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações. A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

6. INTANGÍVEL

				R$ 1,00
			2013	2012
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Software e Aplicativos Próprios	-	-	-	8.589.815
Direito de Uso de Sistemas	41.405.200	(29.437.757)	11.967.444	13.478.747
Total	**41.405.200**	**(29.437.757)**	**11.967.444**	**22.068.562**

Em atendimento ao Ofício n° 770/2009[1], de 10/8/2009, do Comitê de Governança Corporativa, a Prodemge adotou o critério de reconhecer a baixa gradual dos Softwares e Aplicativos Próprios, em perdas, à base de 20% ao ano. No ano de 2013, o valor da baixa, incluída na movimentação, foi de R$8.559.815 e de R$8.559.815 em 2012. Com a baixa realizada no ano de 2013, os valores apropriados na conta foram totalmente baixados.

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

		R$ 1,00
	2013	2012
PASEP	1.124.234	4.601.219
INSS	1.269.596	995.265
COFINS	4.812.555	2.504.645
Salários e Honorários a pagar	3.564.163	4.485.001
FGTS	723.917	655.617
Plano Previdencial Libertas	2.008.082	1.687.681
Contribuições retidas na fonte	66.594	84.145
Benefício Pós Emprego	11.699.873	2.594.230
	25.269.012	**17.607.803**

A Companhia possui um passivo contingente de PASEP, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro de 2002, no valor original de R$3.805.035, cuja questão está *sub judice*. O valor atualizado para dezembro/2013 é de R$4.136.082 classificado como Passivo Não Circulante.

8. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

		R$1,00
	2013	2012
DÉBITO CONSOLIDADO	**37.758.119**	**37.758.119**
Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo Negativa de CSLL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	(257.685)	(257.685)
Dívida Líquida Consolidada	**29.458.775**	**29.458.775**
Pagamento de Parcelas	(24.706.403)	(21.600.116)
Atualização Monetária	25.591.005	24.815.951
Saldo devedor REFIS	**30.343.377**	**32.674.610**
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(7.464.900)	(9.424.488)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(47.215)	(50.821)
Saldo devedor REFIS a valor presente	**22.831.261**	**23.199.301**
Menos: Passivo Circulante	(1.723.825)	(1.691.825)
Não Circulante	**21.107.437**	**21.507.476**

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.
À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R$36.487.920 e R$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.
O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2034.
Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:
- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2013;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2013, devidamente atualizado pela TJLP, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando-se o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações; e
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5% a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2013.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel pertencente à Companhia, localizado à Rua da Bahia, 2.277, em Belo Horizonte, MG.
A Companhia liquida regularmente os impostos e contribuições vencidos após 29 de fevereiro de 2000, condição essencial para a sua permanência nesse programa de recuperação fiscal.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
· Capital Social
O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1 cada.
· Reserva de reavaliação
A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007 (vide nota explicativa nº 5). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.
A reserva decorrente da reavaliação de Software e Aplicativos Próprios vem sendo realizada desde o exercício de 2009, sendo que, com a realização da parcela de R$5.870.466 do ano de 2013, foi totalmente realizada.
Realizado em dezembro de 2013 o valor de R$98.547 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações.
· Reservas de lucros
- Legal
Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício de 2012, no valor de R$149.014.
- Retenção de Lucros
Constituída com base na apuração do resultado de 2012, no valor de R$8.800.274 e destinada para aplicação em investimentos tecnológicos da Companhia na 39ª reunião da Assembleia Geral Ordinária – AGO de 17 de abril de 2013.
O valor orçado e aprovado para execução da Reserva de Retenção de Lucros teve a seguinte destinação durante o exercício de 2013:

DESCRIÇÃO	R$	
Retenção de lucros p/ aplicação em investimentos tecnológicos	8.800.274	
(-) Execução orçamentária realizada		
- Contrato PS-717/2013 – Aceco TI Ltda.	(6.950.000)	**(a)**
- Contrato AE-134/2013 – Actar Connectivity Engenharia de Telecomunicações Ltda.	(1.101.534)	**(b)**
Sub-total	748.739	
(-) Execução orçamentária a ser realizada em 2014		
- 1º Aditivo Contratual PS-717/2013 – Aceco TI	(536.217)	**(c)**
Saldo remanescente para investimento em 2014	212.523	

a) Deliberação da Diretoria nº 157/2012, de 07/11/2012 – Ampliação da infraestrutura do datacenter da Prodemge.
Objeto: Contratação da empresa Aceco TI Ltda. para execução das obras de engenharia necessárias à ampliação da infraestrutura do datacenter da Prodemge, contemplando ampliação do sistema elétrico e instalação de sala de homologação (Colocation 3).
Contrato PS-717/2013 – vigência: 22/03/2013 a 22/11/2014
Valor: R$6.950.000 (seis milhões, novecentos e cinquenta mil reais)

b) Deliberação da Diretoria nº 102/2013, de 07/08/2013 –. Ampliação dos firewall centrais da PRODEMGE.
Objeto: Contratação da Empresa Actar Connectivity Engenharia de Telecomunicações Ltda. para fornecimento, instalação, suporte e manutenção de solução de Firewall.
Contrato AE-134/13 – vigência: 08/11/2013 a 08/11/2015
Valor: R$1.101.534 (um milhão, cento e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais).

c) Deliberação da Diretoria nº 135/2013, de 16/10/2013 – Aditivo ao contrato PS-717/2013, para prorrogação da vigência e acréscimo de valor.
Vigência: 22/03/2013 a 22/11/2014
Valor: R$536.217 (quinhentos e trinta e seis mil, duzentos e dezessete reais).

No exercício de 2013 a PRODEMGE apresentou prejuízo no valor de R$8.665.554. De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.
A Companhia, após realizar a Reserva de Reavaliação, apresentou saldo na conta de lucros acumulados de R$5.969.013, utilizado para absorver parte do prejuízo, restando R$2.695.541 em prejuízos acumulados.
Para absorção do valor remanescente, utilizou-se de parcela do valor registrado como Reserva de Retenção de Lucros, restando R$6.103.733 para ser utilizado como determina a Lei 6.404/76.
A seguir é demonstrada a realização da Reserva de Reavaliação e a utilização de parte da Reserva de Retenção de Lucros para absorção do prejuízo apurado no exercício de 2013.

Conta Contábil: Lucros/Prejuízos acumulados:

EVENTO	VALOR	SALDO
Prejuízo do exercício em 31/12/2013		(8.665.554)
Compensações:		
- Lucro acumulado decorrente de Realização da reserva de reavaliação	5.969.013	(2.696.541)
- Utilização da Reserva de Retenção de Lucros	2.696.541	-

Conta Contábil: Reserva de Retenção de Lucros

EVENTO	VALOR	SALDO
Reserva de Retenção de Lucros - investimentos tecnológicos		8.800.274
- Utilização da Reserva de Retenção de Lucros	(2.696.541)	6.103.733

10. COBERTURA DE SEGUROS
A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	R$1,00
Item	**Vr. Segurado (R$)**
Prédio I	600.000
Prédio II	7.000.000
Datacenter	21.000.000
Estoque de Materiais	160.000
Certificação Digital	1.000.000
Veículos	Vr. de mercado

11. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO – PASSIVO ATUARIAL
A Companhia, desde 1º de outubro de 1994, é uma das patrocinadoras do Plano de Benefícios administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social, com a finalidade principal de complementar os benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados. Na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 7, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R$2.008.082 em 2013 e R$1.687.681 em 2012.
Em decorrência desse patrocínio, a Companhia assumiu, em 27 de março de 1998, um débito de R$13.217.852, a título de financiamento do passivo atuarial, existente na data de criação do Plano, para pagamento no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1998.
Em 22 de janeiro de 2013, em atendimento aos apontamentos expedidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, a Companhia assinou termo de renegociação, confissão e parcelamento de dívida, alterando o índice de reajuste das parcelas devidas, de Taxa Referencial (TR) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e a consequente recomposição das diferenças levantadas, considerando-se como data base o mês de maio de 2002. Esse recálculo resultou no acréscimo de R$12.456.994 ao valor do parcelamento. O valor presente do débito em 31 de dezembro de 2013 é de R$17.812.151 e de R$7.446.369 em 31 de dezembro de 2012, restando ainda 52 parcelas para pagamento.

12. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS
A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, justiça comum e justiça federal, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 48 processos, dos quais 35 referem-se a processos trabalhistas, 12 processos na vara da Fazenda Pública e um processo na justiça federal.
Para o exercício de 2013, as provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R$6.716.376, conforme demonstrado abaixo:

a) JUSTIÇA DO TRABALHO
As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta são em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, Participação nos Lucros e Resultados – PLR, 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, sobreaviso e diferenças salariais decorrentes de isonomia de função. Ressalte-se, inclusive, uma ação movida pelo sindicato da categoria pleiteando a PLR de 2006 a 2010, representando 66% do valor total aprovisionado.
A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária em 29 processos (60% do total dos processos), representando 34% do valor total aprovisionado. Caso o pleito seja decidido como procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados como perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.
A classificação das contingências trabalhistas pela assessoria jurídica está assim representada:

	R$ 1,00
Perda Remota	307.556
Perda Possível	1.000
Perda Provável	6.716.376
Total das ações na Justiça do Trabalho	**7.024.932**

b) JUSTIÇA COMUM
Sendo a Companhia uma empresa pública, as ações movidas na Justiça Comum correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.
A classificação dessas contingências pela assessoria jurídica está assim representada:

	R$ 1,00
Perda Remota	196.227
Perda Possível	3.000
Perda Provável	-
Total das ações na Justiça Comum	**199.227**

c) JUSTIÇA FEDERAL
A Companhia possui uma ação no âmbito da Justiça Federal, decorrente de execução fiscal relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Salário Educação), classificada pela assessoria jurídica em perda remota, no valor de R$34.000.

13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor, e oferece aos seus colaboradores duas modalidades de Planos Previdencial, quais sejam:

Plano de Benefícios Definido
A seguir, as principais características do Plano Previdencial modalidade BD (Benefício Definido), vigente em 2013, avaliadas para fins de atendimento às disposições da Deliberação nº 695/2012 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
O Plano de Benefícios está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), modalidade em que o participante se aposenta com um benefício pré-determinado, denominado Plano RP5/RP5-II, com início operacional em 01/10/1994, que contempla:
- Benefícios Programados: suplementação de aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, especial e suplementação do décimo terceiro; e
- Benefícios de Risco: suplementação de aposentadoria por invalidez, de auxílio doença, de pensão por morte, de auxílio reclusão, do décimo terceiro e pecúlio por morte.

Além dos benefícios acima, o Plano contempla os seguintes Institutos previstos em Lei complementar 109/2001:

Benefício Proporcional Diferido, Resgate, Portabilidade e Auto-patrocínio.
Ao ingressar no plano, os participantes estabelecem sua contribuição mensal, de acordo com a idade e salário.
A partir do exercício de 2010 houve a necessidade de alteração dos procedimentos para a contabilização dos compromissos relativos aos planos de benefícios pós-emprego, sendo que, conforme notas expedidas pela CVM, as empresas implantaram para o encerramento do citado exercício as normas dispostas nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e CPC 33 (Deliberação CVM nº 600), em substituição à Deliberação CVM nº 371 até então adotada.
A partir de 01/01/2013, novas regras foram aplicadas, de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (Pronunciamento Técnico CPC 33 – R1). De acordo com essa regra, o reconhecimento de ganhos/perdas deve ser feito no próprio exercício em ORA – Outros Resultados Abrangentes. O valor do patrimônio líquido foi informado pela Fundação Libertas e a Prodemge o considerou adequado para os objetivos deste trabalho. O valor utilizado no cálculo foi de R$279.093.039.
De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses adotadas na avaliação atuarial foram definidas pela Prodemge, em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.
Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do item 93 do Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela CVM nos termos da Deliberação nº 600, a saber:
- Exercício de 2012 – reconhecimento de ganhos/perdas pela regra do corredor, considerando que o valor de ganhos/perdas atuariais acumuladas, aprovisionados mensalmente, foi considerado suficiente para o equilíbrio do plano.
- Exercício de 2013 – reconhecimento de R$12.199.171 como Ajuste de Avaliação Patrimonial – Outros Resultados Abrangentes, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia.

A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

		R$1,00
	2013	2012
A. RECONCILIAÇÃO DO VALOR DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS		
Valor das obrigações no início do ano	(322.526.957)	(293.622.582)
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(16.927.831)	(4.406.615)
Juros sobre a obrigação atuarial	(17.319.698)	(15.132.327)
Contribuições de participantes vertidas ao Plano		
(Ganho)/perda atuarial	54.906.708	(20.994.812)
Benefícios pagos no ano	13.543.632	11.629.380
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**(288.324.145)**	**(322.526.957)**
B. RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS		
Valor justo dos ativos no início do ano	248.928.870	216.471.862
Rendimento esperado no ano	20.597.285	11.590.960
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	9.198.926	19.335.783
Contribuições de patrocinadoras (não inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	6.825.011	6.554.859
Contribuições de participantes vertidas ao Plano	7.086.580	6.604.786
Benefícios pagos no ano	(13.543.632)	(11.629.380)
Valor justo dos ativos no final do ano	**279.093.039**	**248.928.870**
C. CONCILIAÇÃO DOS VALORE RECONHECIDOS NO BALANÇO (parcial ou totalmente cobertos)		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	288.324.145	322.526.957
Valor justo dos ativos do plano	279.093.039	248.928.870
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos	9.231.106	73.598.087
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura (planos sem ativos financeiros)		
Ganho/(perda) atuarial não reconhecido		(15.683.727)
Custo do serviço passado não reconhecido	(21.430.277)	(23.241.286)
Montante não reconhecido como ativo/(passivo)		
(Passivo)/Ativo líquido	**(12.199.171)**	**34.673.074**
D. COMPONENTES DA DESPESA / (RECEITA) DO PLANO		
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente	(16.927.831)	(4.406.615)
Juros sobre as obrigações atuariais	(17.319.698)	(15.132.327)
Rendimento esperado dos ativos do plano	20.597.285	11.590.960
Rendimento esperado dos ativos reembolsáveis		
Amortização do custo do serviço passado	(1.811.009)	(1.811.009)
Total da (despesa) receita a ser reconhecida	**(15.461.253)**	**(9.758.992)**
E. PRINCIPAIS HIPÓTESES ATUARIAIS		
Taxa de desconto real atuarial anual	5,29%	5,37%
Taxa média de aumento real do salário	1,40%	1,44%
Taxa estimada de inflação ao longo prazo	5,00%	4,50%
Fator de Capacidade	98,03%	98,03%
F. ATIVOS DO PLANO (percentual de alocação dos ativos)		
Renda variável	14,27%	9,40%
Renda fixa	72,22%	76,85%
Imóveis	7,16%	6,94%
Outros	6,36%	6,81%
Total	100,00%	100,00%
G. HISTÓRICO DE GANHOS E PERDAS OBSERVADOS		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	288.324.145	322.526.957
Valor justo dos ativos do plano	279.093.039	248.928.870
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	9.231.106	73.598.087
(Ganhos)/perdas observados nos ativos		
Valor	9.198.926	19.335.783
Percentual dos ativos do plano	3,30%	7,77%
(Ganhos)/perdas observados nas obrigações atuariais		
Valor	54.906.708	(20.994.812)
Percentual dos ativos do plano	19,04%	-6,51%
Total de (ganhos)/perdas observados no exercício	64.105.634	(1.659.029)
H. RESUMO DOS DADOS CADASTRAIS		
Data das estatísticas	31/08/2013	31/08/2012
Participantes em Atividade		
Quantidade	501	718
Idade Média	50,3	47,1
Salário Médio Mensal	5.780	4.995
Soma de Salários	2.895.616	3.586.101
Assistido Temporário		
Quantidade	9	4
Idade Média	51,3	53,0
Salário Médio Mensal	7.365	7.364
Soma de Salários	66.284	30.536
Mantidos (diversos)		
Quantidade	65	10
Idade Média	48,9	46,8
Salário Médio Mensal	3.505	
Soma de Salários	227.817	
Assistidos Aposentados		
Quantidade	253	232
Idade Média	61,3	61,7
Benefício Médio Mensal	3.935	3.651
Soma de Benefícios	995.558	846.938
Assistidos Pensionistas		
Quantidade Beneficiários	59	35
Quantidades Pensões	31	26
Idade Média	54,4	48,7
Benefício Médio Mensal	1.987	1.832
Soma de Benefícios	61.592	47.630

Plano de Contribuição Definida – CD – ProdemgePrev
A Prodemge também oferece aos seus colaboradores que não participam do plano de previdência na modalidade de Benefício Definido – (BD) a participação em um plano de previdência do tipo contribuição definida – (CD).

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Para o exercício de 2013, a Companhia apresentou um resultado contábil negativo de R$8.665.554. Após as considerações das adições e exclusões fiscais permitidas, apurou lucro real e base de contribuição social positiva, controlados através do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), da seguinte forma:

		R$ 1,00
	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA
RESULTADO CONTÁBIL ANTES DO IR/CSLL	**(8.489.095)**	**(8.489.095)**
Adições	10.025.534	10.025.704
Exclusões	(474.839)	(583.386)
LUCRO REAL	**1.061.600**	**953.223**
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(318.480)	(285.967)
RESULTADO TRIBUTÁVEL	**743.120**	**667.256**
Incentivo PAT	-	(4.004)
Licença Maternidade	-	(29.232)
PROVISÕES	**66.881**	**109.578**

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

15. REVISÃO DA VIDA ÚTIL
Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil a PRODEMGE, com a utilização de fontes internas, avaliou se houve alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos modificaram a representatividade econômica no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que pudesse ser considerada relevante. Com esse procedimento, verificou que não houve indicação da necessidade de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus ativos.
Não foram detectadas mudanças significativas na medida ou maneira em que os ativos estão sendo utilizados. Não há evidências de mudanças que possam tornar um bem inativo ou que a administração planeja descontinuar, restaurar ou baixar antecipadamente, ou, ainda, que um ativo possa ter vida útil alterada ou indicação de que as taxas de depreciação atualmente utilizadas pudessem ser diferentes em função das condições atuais de operacionalidade do conjunto de bens do ativo imobilizado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Renata Maria Paes de Vilhena – Presidente
Isabel Pereira de Souza
Catão de Castro Neto
José Domingos Filho
Cláudia Venuto Castro Soares de Moura
Andréa Maria Lopes de Aguiar
DIRETORIA EXECUTIVA
Isabel Pereira de Souza – Diretora-Presidente
Baldonedo Arthur Napoleão – Diretor Vice-Presidente
Paulo César Lopes – Diretor
Nathan Lerman – Diretor
Maria Luiza de Oliveira Jakitsch – Diretora
Raul Monteiro de Barros Fulgêncio – Diretor
CONSELHO FISCAL
Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira
Maria de Fátima Oliveira Ribeiro
Maria Beatriz Horta Quina
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA
Aline Alessandra Queiroz
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
Maria Kátia Lacerda de Oliveira
Contadora – CRC MG – 065.189/O-8

[1] OF.SEF.GAB.SADJ./770/09, de 10/8/2009: "*... Comunico-lhe, por oportuno, que o Comitê entendeu que a PRODEMGE deverá promover a baixa desses ativos à medida em que for registrando aumentos em seu patrimônio líquido e deliberou que a SEF deve procurar alternativas para transferir outros ativos para a Empresa, sob a forma de aporte de capital, de modo a contribuir para a substituição dos ativos intangíveis do Estado apropriados contabilmente pela mesma.*"

prodemge

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRODEMGE
CNPJ/MF nº 16.636.540/0001-04

Página 3 de 3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, reunido na Cidade Administrativa, Prédio Gerais, Andar 4, Sala 7, à Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4.143, Bairro Serra Verde, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com o objetivo de examinar os livros, documentos e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, tendo encontrado tudo em perfeita ordem e exatidão, é de parecer que os mencionados documentos merecem integral aprovação por parte dos signatários, razão pela qual opina pela sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 17 de março de 2014

Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira
Maria de Fátima Oliveira Ribeiro
Maria Beatriz Horta Quina

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das demonstrações do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos, de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação de adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bom como a avaliação da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábil da **Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

O exame das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi por nós auditados, e sobre elas emitimos parecer com data de 04 de março de 2013, sem ressalvas.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014.

ACE-AUDITORIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
CRC-MG Nº 4.753

Dário Lúcio Pinto
Sócio Responsável
Contador
CRC-MG 36.375

Bruno Soares de Moraes
Gerente de Auditoria
Contador
CRC-MG 106.909

Estudantes de medicina terão que estagiar no SUS

Diretrizes encaminhadas ao MEC propõem ainda avaliação bianual

FHEMIG/DIVULGAÇÃO

ADEQUAÇÃO – O objetivo das novas diretrizes é humanizar a formação do profissional, aproximando-o do paciente e da prática da profissão nos hospitais públicos

BRASÍLIA – Após meses de discussão, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou ontem as novas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de medicina.

Dentre elas, a obrigatoriedade de que pelo menos 30% da carga horária do estágio obrigatório, em regime de internato, ocorra no Sistema Único de Saúde (SUS), na atenção básica e em serviço de urgência e emergência.

O documento segue agora para o ministro da Educação, Henrique Paim, a quem caberá analisar e homologar as diretrizes.

Elas incluem ainda uma avaliação nacional dos estudantes de medicina a cada dois anos, que será obrigatória e classificatória para os programas de residência médica.

A previsão é a de que a avaliação comece em um prazo de dois anos após a aprovação da medida e seja aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O Inep é uma autarquia do Ministério da Educação responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

DEBATE

As mudanças foram apresentadas pelo conselho e discutidas em audiência pública no dia 26 de fevereiro, com a participação de entidades que representam estudantes de medicina, médicos e instituições de ensino e também integrantes dos ministérios da Saúde e da Educação.

Segundo o conselheiro da Câmara de Educação Superior Arthur Roquete de Macedo, a expectativa é a de que o Ministério da Educação aprove rapidamente o documento.

"Tenho absoluta convicção de que o ministério vai homologar as diretrizes que foram aprovadas no conselho em um prazo relativamente curto. Elas são importantes e consolidam alguns avanços que ocorreram nas diretrizes de 2001, abrem perspectivas para que novos aprimoramentos ocorram, como resultado do avanço da medicina no Brasil, do atendimento do SUS, das transformações sociais e do avanço tecnológico que vai ocorrer", disse.

Para o conselheiro Arthur Roquete, as mudanças permitem a humanização da formação do médico, sem prejuízo da formação técnica. Ele acredita que o SUS terá capacidade de absorver o trabalho dos médicos que terão de cumprir 30% do estágio obrigatório no sistema.

"O SUS já tem oferecido, de forma crescente, a possibilidade de estágios dos cursos de medicina", disse Roquete, que considera importante os estudantes terem formação condizente com a realidade da medicina praticada no país.

Os cursos de medicina em funcionamento têm prazo de um ano, a partir da data de publicação da resolução do CNE, para aplicar as determinações às turmas abertas após o início de vigência das novas diretrizes. ●

Agência Brasil

FIQUE POR DENTRO

Mais vagas para residência

A reformulação das diretrizes dos cursos de medicina foi motivada pela Lei 12.871/2013, que instituiu o Mais Médicos.

Um dos objetivos do programa – aumentar o número de vagas na residência médica – foi incluído na proposta.

O documento aprovado ontem prevê que, até o fim de 2018, os programas de residência médica devem ofertar vagas em número igual ao de egressos dos cursos de graduação em medicina do ano anterior.

Maternidade do Piauí coloca até cinco bebês no mesmo leito

Ministério Público ajuizou duas ações contra a unidade e o Estado exigindo reestruturação

TERESINA – A falta de estrutura e superlotação na Maternidade Dona Evangelina Rosa, em Teresina, causam riscos, inclusive de morte, aos recém-nascidos. O Ministério Público Estadual (MPE) ingressou com duas ações judiciais contra a unidade, a Secretaria de Saúde do Estado e o Governo do Estado do Piauí.

Os promotores exigem a adoção de providências, como a compra de equipamentos, montagem de estrutura de retaguarda neonatal e contratação de pessoal para adequar a maternidade do mínimo necessário para o funcionamento. Uma funcionária fotografou até quatro bebês dividindo o mesmo berço na maternidade e divulgou a foto pelo WhatsApp.

A direção da maternidade admite que, devido à demanda excessiva, dois recém-nascidos chegam a ocupar um mesmo leito, mas afirma que esse registro é atípico e pontual. Funcionários do hospital, no entanto, garantem que a situação é pior e frequente, pois um único berço chega a receber cinco bebês.

A maternidade foi construída em pré-moldado de forma provisória para funcionar por até 15 anos. Mas completou 38 anos, sem condições de reestruturar ou de expandir.

O diretor da unidade, o obstetra Francisco Martins, afirmou que esta não é uma situação de normalidade e confirmou a superlotação. "A situação é atípica e a demanda é excessiva", reclamou, dizendo que a maternidade atende parturientes do Piauí, Maranhão e Ceará.

"Fizemos parcerias, inclusive com o Ministério Público, assinamos termo de ajuste de conduta (TAC). Pedimos socorro pela superlotação. As maternidades da Prefeitura de Teresina são subutilizadas. Enquanto a maternidade Evangelina Rosa faz 40 partos por dia, as do município fazem 14", reclamou o diretor.

A promotora de Saúde, Cláudia Seabra, afirmou que os TACs não foram cumpridos. "Por isso, ingressamos com as ações com a obrigatoriedade para a maternidade comprar equipamentos e garantir o bom atendimento. Mas até agora não foram comprados".

As denúncias foram feitas por meio de uma carta assinada por 32 obstetras. Os médicos falam em "berçário improvisado" e que tiveram que adiar cesarianas de urgência pela falta de berço

O prazo para a compra de equipamentos era de 120 dias e expirou no final de março do ano passado. Por conta disso, o secretário de Saúde foi multado.

Segundo a promotora, a maternidade cumpriu o TAC em outros setores, inclusive inaugurou o banco de leite. "Mas problemas como bebês dividirem um berço é gravíssimo e isso persiste", explicou Cláudia Seabra.

Por outro lado, o MPE reconhece que desde agosto o número de óbitos na maternidade foi bastante reduzido. ●

Agências Estado e Folhapress